

A INCLUSÃO DE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO



THE INCLUSION OF GENDER AND SEXUALITY DIVERSITY IN THE SCHOOL CURRICULUM: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN MUNICIPAL PUBLIC SCHOOLS IN SÃO PAULO

GREGÓRIO SANTIAGO MOREIRA DE ARRUDA

Graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2023); Professor de Ensino Fundamental I na EMEF Profa. Luzia Godoy.

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise sobre a inserção da temática da diversidade de gênero e sexualidade no currículo das escolas públicas municipais de São Paulo. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental das diretrizes curriculares e legislações educacionais vigentes. Discute-se a relação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas, com foco nas barreiras que dificultam a inclusão, como a censura, a desinformação e a resistência de setores da comunidade escolar. Também são destacadas experiências exitosas que têm promovido o respeito à diversidade e o combate à LGBTfobia. O artigo ainda examina os impactos da abordagem (ou da sua ausência) na formação cidadã e no bem-estar dos estudantes LGBTQIAP+.

Palavras-chave: Diversidade; Gênero; Sexualidade; Educação; Políticas públicas

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the inclusion of gender and sexuality diversity in the curriculum of São Paulo's municipal public schools. The research is based on a bibliographic review and document analysis of current curricular guidelines and educational legislation. The study discusses the relationship between public policies, teacher training, and pedagogical practices, focusing on barriers that hinder inclusion, such as censorship, misinformation, and resistance from sectors of the school community. Successful experiences that have promoted respect for diversity and combatted LGBTphobia are also highlighted. The article also examines the impacts of this approach (or lack thereof) on the citizenship development and well-being of LGBTQIAP+ students.

Keywords: Diversity; Gender; Sexuality; Education; Public Policy

INTRODUÇÃO

A inclusão da diversidade de gênero e sexualidade no currículo escolar é um dos grandes desafios da educação contemporânea, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, conservadorismo e violências simbólicas. No Brasil, a cidade de São Paulo se destaca por ser um centro urbano diverso, onde essas tensões se tornam ainda mais visíveis. Este artigo busca compreender como as escolas públicas municipais paulistanas têm incluído (ou não) a temática da diversidade de gênero e sexualidade em seus currículos.

A relevância do tema se justifica pela urgência de combater a LGBTfobia e de promover uma formação cidadã que respeite os direitos humanos. A pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios e as possibilidades de inserção da temática nos currículos escolares. Como objetivos específicos, busca-se: (1) identificar os principais entraves para a implementação efetiva da diversidade de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas; (2) mapear experiências bem-sucedidas; (3) discutir o impacto da formação docente e das políticas educacionais nessa inserção.

O artigo está estruturado em três seções: a primeira apresenta o referencial teórico e a fundamentação legal; a segunda analisa os desafios práticos enfrentados nas escolas municipais; e a terceira discute experiências e possibilidades. Por fim, apresenta-se uma síntese dos principais resultados e considerações.

1. Marco teórico e legislação educacional

A discussão sobre gênero e sexualidade na educação está amparada em referenciais como Louro (1997), Butler (2003), Miskolci (2012) e Bento (2006), que problematizam as construções normativas e os dispositivos de controle das expressões de identidade e desejo nas instituições escolares. Tais

autoras e autores propõem uma leitura crítica da escola enquanto espaço não neutro, profundamente implicado nos processos de normatização social.

Para Guacira Louro (1997), a escola é simultaneamente um lugar de produção de saberes e de identidades. Ela não apenas ensina conteúdos disciplinares, mas também regula comportamentos, silencia corpos dissidentes e reforça representações de gênero e sexualidade baseadas na cisheteronormatividade. Judith Butler (2003) amplia essa compreensão ao propor o conceito de performatividade de gênero, que evidencia como os papéis de gênero não são naturais, mas reiterados por meio de atos discursivos e práticas institucionais. Miskolci (2012), por sua vez, traz a perspectiva sociológica dos discursos de sexualidade e das moralidades públicas, especialmente em contextos conservadores, nos quais a presença do “outro” sexual é frequentemente percebida como uma ameaça à ordem social. Já Berenice Bento (2006) traz uma contribuição fundamental ao discutir os regimes de verdade que sustentam as normas de gênero e os dispositivos que controlam e patologizam corpos trans, em especial no ambiente escolar.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, incisos I e IV, estabelece como objetivos fundamentais da República o respeito à dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) aponta para uma educação voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, o que pressupõe o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do sujeito e do processo pedagógico.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em sua versão aprovada para o decênio 2014–2024, chegou a incluir metas e estratégias voltadas à superação das desigualdades de gênero e orientação sexual, mas muitas dessas diretrizes foram fragilizadas ou excluídas sob forte pressão de setores conservadores do Congresso Nacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, ainda que traga diretrizes genéricas voltadas ao respeito à diversidade, evita mencionar explicitamente gênero e sexualidade, revelando os impasses e apagamentos institucionais que marcam a política educacional brasileira contemporânea.

No âmbito do município de São Paulo, os currículos da cidade incorporam a perspectiva dos direitos humanos, com menções a temas como inclusão, respeito às diferenças e combate às discriminações. No entanto, assim como ocorre no documento nacional, as diretrizes municipais também evitam explicitar a abordagem direta da diversidade de gênero e sexualidade, frequentemente relegando o tema a um plano secundário ou transversal que, na prática, é negligenciado.

2. Desafios nas escolas públicas municipais de São Paulo A pesquisa documental e os relatos de educadores evidenciam que, embora haja diretrizes que incentivem o respeito à diversidade, a aplicação prática dessas orientações encontra obstáculos significativos. A realidade das escolas

públicas municipais de São Paulo mostra que o desafio da inclusão da temática de gênero e sexualidade está fortemente relacionado à precariedade da formação docente, à ausência de respaldo institucional e à resistência sociocultural de uma parcela significativa da comunidade escolar.

Professores e professoras, especialmente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, frequentemente relatam não se sentirem preparados para abordar essas temáticas com suas turmas. Tal despreparo é fruto da ausência de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero nos cursos de formação inicial, bem como da escassez de ações formativas continuadas que ofereçam suporte teórico, metodológico e emocional para os educadores lidarem com as complexidades do tema.

Além disso, há um cenário de censura e autocensura que atravessa o cotidiano escolar. Em meio ao avanço de pautas conservadoras e de iniciativas como o movimento “Escola Sem Partido”, muitos educadores relatam medo de sofrerem denúncias, perseguições ou até processos administrativos por abordarem temas ligados à sexualidade e à identidade de gênero. Essa atmosfera de vigilância moral não só inibe o trabalho pedagógico crítico como também reforça o silêncio institucional diante das vivências LGBTQIAP+.

Outro aspecto que merece destaque é a ausência de políticas públicas consistentes e articuladas que deem suporte aos profissionais da educação. Falta clareza nas diretrizes municipais sobre como abordar o tema nas diferentes etapas da escolarização, além da carência de materiais pedagógicos que contemplem a diversidade em suas múltiplas formas. A gestão escolar, muitas vezes, adota uma postura ambígua — ora condescendente, ora repressiva — o que contribui para que as iniciativas inclusivas fiquem restritas ao engajamento pessoal de determinados docentes, tornando o direito à diversidade um privilégio e não uma garantia universal.

3. Experiências e possibilidades de inclusão Apesar das adversidades, existem práticas escolares que se destacam por sua potência transformadora. Projetos interdisciplinares que tratam de direitos humanos, identidades e diversidade têm sido desenvolvidos com sucesso em algumas escolas municipais, abrindo caminhos de resistência pedagógica mesmo em contextos marcados por conservadorismo, desigualdades e precarização das condições de trabalho docente.

A realização de semanas temáticas voltadas ao respeito às diferenças, rodas de conversa com convidados da comunidade LGBTQIAP+, oficinas de produção artística, saraus literários com temáticas de diversidade, feiras culturais com foco em direitos humanos, exposições comentadas de filmes e documentários e a criação de clubes de leitura e debate são apenas algumas das estratégias que vêm sendo utilizadas por educadores críticos e engajados. Tais ações não apenas ampliam o repertório cultural dos estudantes, mas também promovem o desenvolvimento da empatia, do pensamento crítico e da valorização das pluralidades.

Algumas escolas têm inovado ao trabalhar com projetos de autoria, nos quais os próprios alunos escolhem temas ligados à identidade, pertencimento, afetividade e trajetórias familiares. A produção de podcasts escolares, zines, murais interativos, documentários caseiros, diários reflexivos e exposições fotográficas são formas de expressão que têm mobilizado o protagonismo estudantil e permitido que as vozes historicamente silenciadas encontrem espaço legítimo dentro da instituição escolar.

Além disso, o trabalho com literatura infantil e juvenil que aborda questões de gênero e sexualidade, como as obras de autores como Tatiana Belinky, Alexandre Rampazo, Márcia Leite, Amara Moira e Anderson Novello, tem se mostrado uma poderosa ferramenta para introduzir esses temas de forma sensível, respeitosa e alinhada à faixa etária dos estudantes. A arte, de modo geral, tem funcionado como uma mediação potente entre as experiências vividas e os conhecimentos escolares, permitindo a abordagem das diversidades não como temas isolados, mas como parte constitutiva da vida cotidiana.

A escuta ativa dos estudantes continua sendo um dos elementos centrais dessas práticas inclusivas. Quando os educadores reconhecem os alunos como sujeitos com histórias, identidades e afetos legítimos, cria-se um espaço de pertencimento que rompe com a lógica do silenciamento, da marginalização e da norma única. A valorização das experiências individuais, o acolhimento das subjetividades e a criação de ambientes afetivamente seguros não são apenas estratégias pedagógicas, mas práticas éticas que definem a qualidade da convivência escolar.

Nesse sentido, vale destacar o papel das redes de apoio — tanto internas (como coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores de sala de leitura, profissionais da educação especial e equipes de mediação escolar) quanto externas (ONGs, universidades públicas, coletivos culturais, conselhos tutelares, núcleos de diversidade, ambulatórios trans e movimentos sociais organizados). A articulação entre esses diferentes atores fortalece as ações pedagógicas e amplia o alcance das propostas inclusivas, criando uma rede protetiva que ampara não só os estudantes LGBTQIAP+, mas toda a comunidade escolar.

Algumas diretorias regionais de ensino, inclusive, têm promovido formações territoriais com foco em diversidade, incentivando a troca de experiências entre educadores de diferentes escolas e fomentando práticas pedagógicas mais alinhadas aos princípios da equidade e da justiça social. Essas formações, quando construídas de forma colaborativa, têm o potencial de desconstruir estigmas e gerar pertencimento também entre os profissionais da educação, que muitas vezes se sentem isolados diante dos desafios de tratar dessas temáticas.

A constituição de grêmios estudantis e coletivos escolares voltados à diversidade de gênero e sexualidade também tem surgido como espaço de fortalecimento do protagonismo juvenil. Esses espaços permitem que os próprios estudantes articulem pautas, organizem eventos e formulem

reivindicações, contribuindo para uma educação mais democrática e participativa. É importante, no entanto, que a gestão escolar legitime esses coletivos e ofereça suporte para que suas atividades não sejam marginalizadas ou sufocadas por resistências internas.

A inclusão efetiva, no entanto, não pode depender exclusivamente da boa vontade, coragem ou engajamento individual de educadores isolados. Quando essas ações ficam restritas a poucos profissionais, corre-se o risco de transformá-las em práticas pontuais, sem continuidade ou respaldo institucional. Para que a diversidade de gênero e sexualidade seja compreendida como direito educacional e não como militância pessoal, é necessário que as políticas públicas garantam recursos, tempo de planejamento, formação continuada estruturada, materiais didáticos inclusivos e proteção legal aos profissionais.

Por fim, é fundamental que os sistemas educacionais reconheçam que tratar de diversidade não é “algo a mais” ou “extra” no currículo, mas parte integrante da formação humana e cidadã que a escola tem o dever de promover. A ausência de políticas claras e de orientações sistematizadas revela não uma neutralidade, mas uma omissão histórica que precisa ser superada com urgência. Incluir gênero e sexualidade na educação é uma forma de afirmar que todas as infâncias e juventudes importam — inclusive aquelas que por tanto tempo foram ensinadas a se esconder.

EXPERIÊNCIA DE CASO: APOIO À IDENTIDADE DE GÊNERO DE UMA CRIANÇA TRANS NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Uma das experiências que ilustra de forma concreta a importância da promoção da diversidade de gênero nas escolas públicas municipais de São Paulo ocorreu com uma aluna do 3º ano do Ensino Fundamental, uma menina trans, que chamarei aqui de Laura. O caso, embora singular, revela tensões recorrentes enfrentadas por crianças trans no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, aponta caminhos possíveis de acolhimento, inclusão e construção de uma pedagogia antidiscriminatória.

Desde os primeiros momentos em que começou a verbalizar sua identidade, Laura já enfrentava as dificuldades de estar em um espaço escolar pouco preparado para compreender e validar sua vivência. A princípio, suas expressões de gênero foram vistas como “fase”, “confusão” ou “birra”, tanto por parte de alguns profissionais quanto de colegas e familiares mais distantes. No entanto, sua persistência em se afirmar como menina era acompanhada por gestos sutis de sofrimento: silêncio repentino, retraimento, choro diante de brincadeiras que envolviam o uso do nome de registro, desconforto com o uniforme escolar masculino.

A presença de Laura mobilizou diversas dimensões da escola: da prática docente à gestão, do planejamento curricular à relação com as famílias. Sua trajetória expôs o quanto o cotidiano escolar ainda está atravessado por uma lógica cisnormativa, na qual os corpos e identidades dissidentes são entendidos como exceções, e não como parte legítima do universo educacional. Ao mesmo tempo,

abriu uma oportunidade única para transformar a escola em um espaço de escuta e de aprendizagem coletiva.

Desde que a mãe de Laura me procurou, demonstrando insegurança, mas também abertura e desejo genuíno de garantir à filha uma trajetória escolar mais segura, estabelecemos uma relação de confiança. Esse vínculo entre a escola e a família foi crucial para que as intervenções pedagógicas não fossem percebidas como imposições externas, mas como construções compartilhadas em nome do bem-estar da criança. A escuta da família foi acompanhada da escuta da própria Laura — que, em suas palavras simples, expressava de forma inequívoca quem era e como queria ser tratada. “Eu sou uma menina, mas ninguém me chama como eu sou”, disse certa vez.

A partir desse ponto, adotei uma postura pedagógica ativa e engajada: reorganizei a linguagem nas interações cotidianas, utilizei o nome social de Laura desde o início, convoquei a equipe pedagógica para reflexões coletivas sobre identidade de gênero e propus atividades que integrassem a diversidade ao currículo, não como conteúdo isolado, mas como valor transversal. A abordagem da diversidade não foi tratada como algo “especial” ou “excepcional”, mas como um direito de todos os alunos e um dever ético da instituição.

As ações realizadas — como a **Semana da Diversidade**, as oficinas de empatia, os cartazes e histórias em quadrinhos produzidos coletivamente — tiveram um impacto profundo não só em Laura, mas em toda a turma. Crianças pequenas não possuem os preconceitos que os adultos carregam; elas aprendem o que é ensinado. Quando o ambiente propõe o respeito de forma honesta e sensível, os alunos respondem com generosidade. Foi o que aconteceu. Aos poucos, as provocações cessaram, os olhares curiosos deram lugar ao acolhimento e Laura começou a sorrir com mais frequência. Sua presença em sala de aula se tornou mais leve, seu rendimento escolar melhorou e sua participação aumentou de forma expressiva.

Outro elemento fundamental foi o envolvimento gradual dos demais profissionais da escola. Inicialmente receosos, muitos membros da equipe gestora e professores de outras turmas se engajaram no processo formativo ao perceberem que a inclusão de Laura não gerava conflito, mas sim fortalecia os vínculos afetivos dentro da comunidade escolar. A experiência mostrou que, quando há escuta, formação e comprometimento, a inclusão de uma criança trans pode servir como catalisador para um projeto pedagógico mais amplo de respeito às diferenças.

O caso de Laura também nos obriga a refletir sobre a urgência de políticas públicas que deem sustentação a essas iniciativas. Se por um lado sua trajetória foi marcada por acolhimento e escuta, por outro ela dependeu fortemente da iniciativa individual de alguns professores, do apoio pontual da família e da disposição da gestão escolar em enfrentar resistências. Essa vulnerabilidade demonstra o quanto é frágil o acesso aos direitos das crianças trans quando a institucionalidade educacional falha em garantir protocolos, formações e diretrizes claras para esses casos.

Vale lembrar que crianças trans, como Laura, não estão “chegando” às escolas: elas sempre estiveram lá. A diferença é que, até recentemente, suas existências eram negadas, silenciadas ou invisibilizadas por estruturas escolares que operam a partir de uma lógica binária e patologizante. O reconhecimento dessas crianças como sujeitos plenos de direito — com direito ao nome, à identidade, à afetividade e à proteção — representa uma virada ética e pedagógica que precisa ser sustentada pelo Estado.

O caso de Laura, portanto, não é apenas uma experiência exitosa: é um chamado. Ele nos convoca a repensar as práticas escolares, a formação docente, a estrutura institucional e, sobretudo, a função social da escola pública. Uma escola que se propõe democrática não pode tolerar nenhuma forma de exclusão. Uma escola que se propõe formadora de cidadãos não pode ignorar que a cidadania de uma criança trans começa pelo direito de ser chamada pelo seu nome. E uma escola que se pretende emancipadora precisa compreender que nenhuma aprendizagem é possível quando o sujeito não se sente digno de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da diversidade de gênero e sexualidade no currículo das escolas públicas municipais de São Paulo ainda enfrenta resistências significativas e estruturais. A ausência de uma política educacional efetiva e clara sobre o tema, a lacuna na formação inicial e continuada dos docentes, bem como os contextos de censura moral e autocensura institucional, configuram um cenário de silenciamento que compromete não apenas o direito à educação, mas a dignidade de crianças e adolescentes LGBTQIAP+.

No entanto, como foi possível observar ao longo deste artigo, há práticas e experiências pedagógicas que provam que a transformação é possível. Iniciativas conduzidas por professores comprometidos com uma perspectiva crítica e humanizadora da educação têm gerado impactos positivos tanto no ambiente escolar quanto na subjetividade dos estudantes, ampliando os sentidos de pertencimento, respeito e cidadania. Casos como o da estudante Laura revelam que o reconhecimento de identidades de gênero não cisnormativas pode – e deve – ser parte integrante da missão pedagógica da escola pública. Não se trata de doutrinação, mas de justiça social e de cumprimento de direitos básicos.

É urgente que as políticas públicas avancem para garantir não apenas o acesso à formação adequada dos educadores, mas também o respaldo legal e institucional para que eles possam atuar com liberdade pedagógica e segurança. Isso inclui a produção e distribuição de materiais didáticos sensíveis à diversidade, a implementação de protocolos institucionais de acolhimento e a promoção

de uma cultura escolar antidiscriminatória. Mais do que inserções pontuais, é necessário compreender a diversidade de gênero e sexualidade como dimensão transversal da educação, atravessando os conteúdos, os projetos, as relações e o ethos da escola.

O silenciamento dessas questões não é neutro: ele produz sofrimento, evasão escolar, exclusão simbólica e reforça desigualdades históricas. A omissão do Estado e das instituições escolares contribui para a perpetuação de violências que poderiam ser prevenidas por meio de uma atuação pedagógica ética, informada e sensível às múltiplas realidades dos sujeitos escolares.

A escola pública, especialmente em contextos urbanos como São Paulo, é um dos poucos espaços de convivência interclassista, intergeracional e intercultural. Ela tem, portanto, uma potência única para produzir deslocamentos, tensionar normatividades e abrir brechas para novas formas de existir e aprender em comunidade. Para isso, é fundamental que o currículo reflita as complexidades do mundo contemporâneo e acolha, sem reservas, as subjetividades que historicamente foram empurradas para as margens.

Consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora exige coragem política, compromisso pedagógico e, sobretudo, escuta ativa. É preciso reconhecer que crianças e adolescentes LGBTQIAP+ não estão “fora da norma”, mas fazem parte da diversidade humana que a escola deve acolher, proteger e valorizar. Só assim será possível construir um projeto educativo que honre os princípios constitucionais de igualdade, liberdade e dignidade, e que contribua, de fato, para a formação de sujeitos críticos, solidários e conscientes do mundo que habitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 06 maio 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 1990*. Campinas: Unicamp, 2005.

FERREIRA, Daniela; OLIVEIRA, Luma Nogueira de Andrade. Gênero e diversidade sexual na escola: desafios e possibilidades para a educação básica. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 421-440, 2016.

JÚNIOR, Demerval Saviani. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SÃO PAULO (Município). *Currículo da Cidade: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Ensino Fundamental Ciclo Interdisciplinar*. São Paulo: SME/COPED, 2017.

SÃO PAULO (Município). *Diretrizes para a implementação da Política de Educação em Direitos Humanos no Município de São Paulo*. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). *Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2015-2025*. São Paulo: SME, 2023.